Notícias do dia 22 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
TCM-GO prossegue com o 12° Encontro Regional 3

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Pauta desta 4ªfeira tem processos do TCE e de Prefeitura 4

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência 6

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência 8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Pauta desta 4ªfeira tem processos do TCE e de Prefeitura 10

GIRO GOIÁS ONLINE - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência 12

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Empresa ligada a irmão de Ismael Alexandrino tem contrato milionário com OS 13

TCM-GO prossegue com o 12° Encontro Regional

Após a abertura em Itaberaí, no último dia 14, a série de encontros regionais promovidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCMGO) segue esta semana para São João d"Aliança, pertencente à 3a Região. O evento será realizado na Câmara Municipal da cidade, que é conhecida como "O Portal da Chapada dos Veadeiros" nesta quinta-feira (23).

O 12° Encontro Regional tem como tema central "Gestão Municipal: Atualidades e Perspectivas" e o público-alvo são prefeitos, vereadores, servidores municipais, estaduais, federais e agentes sociais. O objetivo é garantir a boa aplicação dos recursos públicos, com vistas à transparência e ao aperfeiçoamento da administração, levan- do conhecimento técnico aos gestores. Serão realizadas sete edições em todo o Estado.

A abertura em São João daliança será com palestras do presidente do TCMGO, **conselheiro** Joaquim de Castro, e Humberto Aidar, **conselheiro**--diretor da 3a Região. Serão palestrantes importantes, tendo como temas Cidade Empreendedora, Os Principais Marcos da Nova Lei de Licitações, Lei Geral de Proteção de Dados, Novo Marco do Saneamento Básico, Regime de Precatórios, Revisão Geral Anual dos Servidores e Agentes Políticos.

A 3a Região abrange 40 municípios. O 12° Encontro Regional tem como parceiros o Governo de **Goiás**, prefeituras e câmaras municipais, Sebrae--**GO**,**TCE-GO** e CGE, com apoio da ABRACOM, CNPTC, FGM, AGM e UVB-**GO**.

Joaquim de Castro: debates com gestores municipais

Site: https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220622&p=1

Pauta desta 4ªfeira tem processos do TCE e de Prefeitura

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 22, deve contar com 100 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota, a partir de suas residências ou escritórios.

As matérias pautadas para a sessão são processos oriundos de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), e da Prefeitura de Corumbaíba, a qual, em virtude das intensas chuvas que atingiram a região, busca o reconhecimento da situação de emergência que o município enfrenta. Além dessa matéria, que deverá ser apreciada em votação única, a pauta traz, também, 33 propostas parlamentares em fase de votação definitiva, 53 em primeira apreciação, e 11 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Há, também, para apreciação única, uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), e um processo legislativo de prestação de contas do **TCE-GO**, referente ao exercício de 2018.

Além das matérias já constantes da pauta, o Plenário deve receber, também, outras três proposituras que foram apreciadas em reunião da Comissão Mista no final do expediente na terça-feira, 21. As referidas matérias tratam de alienação de imóvel e alterações na **Goiás** Previdência (GoiasPrev), no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS); e na estrutura organizacional da Secretaria da Economia.

Direito do consumidor

Dentre as matérias já constantes da pauta de votações, destaque para a proposta dos ex-deputados Humberto Aidar e Diego Sorgatto, que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior ao aluno que, antes do início das aulas, desistir do curso ou solicitar transferência.

O texto, que consta no processo nº 2168/19 , prevê prazo de dez dias, contados da solicitação para a devolução e também o desconto de até 5% do valor da matrícula a ser devolvido, por parte da instituição de ensino, para cobrir os gastos administrativos dela decorrentes.

A matéria já foi votada e aprovada em primeira fase em Plenário e precisa, agora, de mais uma aprovação em segunda fase antes que esteja apta à sanção do governador Ronaldo Caiado (UB).

Direitos dos animais

Também deverá ser apreciado em segunda votação o projeto de lei que visa acrescentar o tema direitos dos animais e bem-estar animal na parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio das escolas públicas de **Goiás**, a fim de conscientizar e contribuir para evitar situações de maus-tratos, abandono e abuso aos bichos.

No processo nº 4955/20 , assinado pelo deputado Coronel Adailton (PRTB), é ressaltada a importância de se conscientizar as pessoas, por meio da educação, a fim de evitar crimes contra animais, como os que são constantemente noticiados. "Além de punir esses criminosos, precisamos educar a sociedade para o respeito, senso de responsabilidade e dever para com os animais", defende o deputado.

Outro ponto importante previsto por Adailton é a possibilidade de convênio com faculdades de direito e medicina veterinária instaladas na cidade, bem como com entidades não governamentais de proteção animal, para que auxiliem na capacitação dos educadores, professores e servidores da rede municipal de ensino. O exemplo citado na matéria vem da lei sancionada em Joinville (SC).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 22, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes

fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/pauta-desta-4afeira-tem-processos-do-tce-e-de-prefeitura/

Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 22, deve contar com 100 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota, a partir de suas residências ou escritórios.

As matérias pautadas para a sessão são processos oriundos de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), e da prefeitura de Corumbaíba, a qual, em virtude das intensas chuvas que atingiram a região, busca o reconhecimento da situação de emergência que o município enfrenta. Além desta matéria, que deverá ser apreciada em votação única, a pauta traz, também, 33 propostas parlamentares em fase de votação definitiva, 53 em primeira apreciação, e 11 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Há, também, para apreciação única, uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), e um processo legislativo de prestação de contas do **TCE-GO**, referente ao exercício de 2018.

Além das matérias já constantes da pauta, o Plenário deve receber, também, outras três proposituras que foram apreciadas em reunião da Comissão Mista no final do expediente na terça-feira, 21. As referidas matérias tratam de alienação de imóvel e alterações na **Goiás** Previdência (GoiasPrev), no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS); e na estrutura organizacional da Secretaria da Economia.

Direito do consumidor

Dentre as matérias já constantes da pauta de votações, destaque para a proposta dos ex-deputados Humberto Aidar e Diego Sorgatto que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior ao aluno que, antes do início das aulas, desistir do curso ou solicitar transferência.

O texto, que consta no processo nº 2168/19 , prevê prazo de dez dias, contados da solicitação para a devolução e também o desconto de até 5% do valor da matrícula a ser devolvido, por parte da instituição de ensino, para cobrir os gastos administrativos dela decorrentes.

A matéria já foi votada e aprovada em primeira fase em Plenário e precisa, agora, de mais uma aprovação em segunda fase antes que esteja apta à sanção do governador Ronaldo Caiado (UB).

Direitos dos animais

Também deverá ser apreciada em segunda votação o projeto de lei que visa acrescentar o tema direitos dos animais e bem-estar animal na parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio das escolas públicas de **Goiás**, a fim de conscientizar e contribuir para evitar situações de maus-tratos, abandono e abuso aos bichos.

No processo nº 4955/20 , assinado pelo deputado Coronel Adailton (PRTB), é ressaltada a importância de se conscientizar as pessoas, por meio da educação, a fim de evitar crimes contra animais, como os que são constantemente noticiados. "Além de punir esses criminosos, precisamos educar a sociedade para o respeito, senso de responsabilidade e dever para com os animais", defende o deputado.

Outro ponto importante previsto por Adailton é a possibilidade de convênio com faculdades de direito e medicina veterinária instaladas na cidade, bem como com entidades não governamentais de proteção animal, para que auxiliem na capacitação dos educadores, professores e servidores da rede municipal de ensino. O exemplo citado na matéria vem da lei sancionada em Joinville (SC).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 22, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes

fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/prefeitura-de-corumbaiba-pede-reconhecimento-de-emergencia/

Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência

O Plenário da Assembleia Legislativa de **Goiás** se reúne em sessão ordinária nesta 4ª-feira, 22. Na pauta, 100 processos legislativos, de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **TCE** e da prefeitura de Corumbaíba, que pede reconhecimento de situação de emergência em consequência das fortes chuvas enfrentadas recentemente. Essa matéria será apreciada em votação única. A sessão terá transmissão ao vivo, pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site portal.al.**go**.leg.br e no canal do Youtube.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 22, deve contar com 100 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota, a partir de suas residências ou escritórios.

As matérias pautadas para a sessão são processos oriundos de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), e da prefeitura de Corumbaíba, a qual, em virtude das intensas chuvas que atingiram a região, busca o reconhecimento da situação de emergência que o município enfrenta. Além desta matéria, que deverá ser apreciada em votação única, a pauta traz, também, 33 propostas parlamentares em fase de votação definitiva, 53 em primeira apreciação, e 11 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Há, também, para apreciação única, uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), e um processo legislativo de prestação de contas do **TCE-GO**, referente ao exercício de 2018.

Além das matérias já constantes da pauta, o Plenário deve receber, também, outras três proposituras que foram apreciadas em reunião da Comissão Mista no final do expediente na terça-feira, 21. As referidas matérias tratam de alienação de imóvel e alterações na **Goiás** Previdência (GoiasPrev), no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS); e na estrutura organizacional da Secretaria da Economia.

Direito do consumidor

Dentre as matérias já constantes da pauta de votações, destaque para a proposta dos ex-deputados Humberto Aidar e Diego Sorgatto que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior ao aluno que, antes do início das aulas, desistir do curso ou solicitar transferência.

O texto, que consta no processo nº 2168/19 , prevê prazo de dez dias, contados da solicitação para a devolução e também o desconto de até 5% do valor da matrícula a ser devolvido, por parte da instituição de ensino, para cobrir os gastos administrativos dela decorrentes.

A matéria já foi votada e aprovada em primeira fase em Plenário e precisa, agora, de mais uma aprovação em segunda fase antes que esteja apta à sanção do governador Ronaldo Caiado (UB).

Direitos dos animais

Também deverá ser apreciada em segunda votação o projeto de lei que visa acrescentar o tema direitos dos animais e bem-estar animal na parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio das escolas públicas de **Goiás**, a fim de conscientizar e contribuir para evitar situações de maus-tratos, abandono e abuso aos bichos.

No processo nº 4955/20 , assinado pelo deputado Coronel Adailton (PRTB), é ressaltada a importância de se conscientizar as pessoas, por meio da educação, a fim de evitar crimes contra animais, como os que são constantemente noticiados. "Além de punir esses criminosos, precisamos educar a sociedade para o respeito, senso de responsabilidade e dever para com os animais", defende o deputado.

Outro ponto importante previsto por Adailton é a possibilidade de convênio com faculdades de direito e medicina veterinária instaladas na cidade, bem como com entidades não governamentais de proteção animal, para que auxiliem na capacitação dos educadores, professores e servidores da rede municipal de ensino. O exemplo citado na matéria vem da lei sancionada em Joinville (SC).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 22, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/126156/prefeitura-de-corumbaiba-pede-reconhecimento-de-emergencia

Pauta desta 4ªfeira tem processos do TCE e de Prefeitura

O Plenário da Assembleia Legislativa de **Goiás** se reúne em sessão ordinária nesta 4ª-feira, 22. Na pauta, 100 processos legislativos, de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **TCE** e da Prefeitura de Corumbaíba, que pede reconhecimento de situação de emergência em consequência das fortes chuvas enfrentadas recentemente. Essa matéria será apreciada em votação única. A sessão terá transmissão ao vivo, pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site portal.al.**go**.leg.br e no canal do Youtube.

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) desta quarta-feira, 22, deve contar com 100 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares no plenário Iris Rezende e parte de forma remota, a partir de suas residências ou escritórios.

As matérias pautadas para a sessão são processos oriundos de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), e da Prefeitura de Corumbaíba, a qual, em virtude das intensas chuvas que atingiram a região, busca o reconhecimento da situação de emergência que o município enfrenta. Além dessa matéria, que deverá ser apreciada em votação única, a pauta traz, também, 33 propostas parlamentares em fase de votação definitiva, 53 em primeira apreciação, e 11 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Há, também, para apreciação única, uma revogação de decreto legislativo que, ao mesmo tempo, traz nova indicação de nome para ocupar o cargo em comissão de **conselheiro**, DAS-3 do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**), e um processo legislativo de prestação de contas do **TCE-GO**, referente ao exercício de 2018.

Além das matérias já constantes da pauta, o Plenário deve receber, também, outras três proposituras que foram apreciadas em reunião da Comissão Mista no final do expediente na terça-feira, 21. As referidas matérias tratam de alienação de imóvel e alterações na **Goiás** Previdência (GoiasPrev), no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS); e na estrutura organizacional da Secretaria da Economia.

Direito do consumidor

Dentre as matérias já constantes da pauta de votações, destaque para a proposta dos ex-deputados Humberto Aidar e Diego Sorgatto, que dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior ao aluno que, antes do início das aulas, desistir do curso ou solicitar transferência.

O texto, que consta no processo nº 2168/19 , prevê prazo de dez dias, contados da solicitação para a devolução e também o desconto de até 5% do valor da matrícula a ser devolvido, por parte da instituição de ensino, para cobrir os gastos administrativos dela decorrentes.

A matéria já foi votada e aprovada em primeira fase em Plenário e precisa, agora, de mais uma aprovação em segunda fase antes que esteja apta à sanção do governador Ronaldo Caiado (UB).

Direitos dos animais

Também deverá ser apreciado em segunda votação o projeto de lei que visa acrescentar o tema direitos dos animais e bem-estar animal na parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio das escolas públicas de **Goiás**, a fim de conscientizar e contribuir para evitar situações de maus-tratos, abandono e abuso aos bichos.

No processo nº 4955/20 , assinado pelo deputado Coronel Adailton (PRTB), é ressaltada a importância de se conscientizar as pessoas, por meio da educação, a fim de evitar crimes contra animais, como os que são constantemente noticiados. "Além de punir esses criminosos, precisamos educar a sociedade para o respeito, senso de responsabilidade e dever para com os animais", defende o deputado.

Outro ponto importante previsto por Adailton é a possibilidade de convênio com faculdades de direito e medicina veterinária instaladas na cidade, bem como com entidades não governamentais de proteção animal, para que auxiliem na capacitação dos educadores, professores e servidores da rede municipal de ensino. O exemplo citado na matéria vem da lei sancionada em Joinville (SC).

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quarta-feira, 22, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.**go**.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/126156/pauta-desta-4-feira-tem-processos-do-tce-e-de-prefeitura

Prefeitura de Corumbaíba pede reconhecimento de emergência

O Plenário da Assembleia Legislativa de **Goiás** se reúne em sessão ordinária nesta 4ª-feira, 22. Na pauta, 100 processos legislativos, de iniciativa parlamentar, da Governadoria, do **TCE** e da prefeitura de Corumbaíba, que pede reconhecimento de situação de emergência em consequência das fortes chuvas enfrentadas recentemente. Essa matéria será apreciada em votação única. A sessão terá transmissão ao vivo, pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site portal.al.go.leg.br e no canal do Youtube.

Site: https://girogoias.com.br/prefeitura-de-corumbaiba-pede-reconhecimento-de-emergencia/

Empresa ligada a irmão de Ismael Alexandrino tem contrato milionário com OS

Empresa ligada ao irmão do ex-secretário de Saúde de Goiás, Ismael Alexandrino, tem contrato na ordem de R$ 9,1 milhões com a organização social (OS) Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada (IBGC) para prestação de serviços em duas policlínicas e dois hospitais públicos no interior do Estado.

Os contratos da Amme Sáude Ltda foram assinados entre fevereiro e março de 2022, ainda na gestão do ex-secretário Ismael Alexandrino, e são para prestação de serviços médicos especializados no Hospital de Itumbiara e nas policlínicas de São Luís de Montes Belos e Cidade de Goiás com previsão de pagamento de R$ 9.116.741, conforme revelou reportagem do Metrópoles, assinada por Thalys Alcântara.

A Lei Estadual das Organizações Sociais proíbe que as OS tenham contratos com entidades privadas com dirigentes que tenham parentescos com agentes públicos.

Amme Saúde Ltda é administrada por Andréia Lopo de Oliveira, ex-secretária da clínica particular do médico Daniel Alexandrino, irmão do ex-secretário. Conforme a reportagem, Daniel nunca foi sócio de Andréia. No entanto, aponta que, no site da Receita Federal, o número de celular dela aparece como telefone da empresa D A Gonçalves Serviço Médico, de propriedade do irmão de Ismael.

Além disso, Andréia é dona da AZ Liffe Ltda, criada em 2020 por Daniel Alexandrino, que saiu da gestão da empresa em setembro daquele ano. Documentos na Junta Comercial de Goiás apontam que, entre 2018 e 2020, o médico foi sócio de uma clínica chamada Amme, em São Luís de Montes Belos, com filial em Aparecida de Goiânia.

Ismael Alexandrino nega que haja qualquer relação da empresa com ele ou com o irmão e reforça que a OS tem autonomia para fazer contratações.

"A referida empresa não tem ligação com o irmão, muito menos comigo. A própria reportagem diz isso e explica que a pessoa que administra a empresa já trabalhou com meu irmão no passado, o que não tem qualquer irregularidade. Quanto às OSs, quaisquer que sejam, têm autonomia e fazem suas próprias contratações, sem que a secretaria ou o secretário privilegie nenhuma delas", pontua.

Em contato com os responsáveis não obtivemos respostas. O espaço está aberto para livre manifestação.

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde diz que os contratos de prestação de serviços em unidades da rede estadual estão disponíveis no Portal da Transparência da SES-**GO** para acesso de toda a população e órgãos de fiscalização.

A pasta diz ainda que as Organizações Sociais responsáveis pela gestão das unidades de saúde estaduais têm autonomia para a contratação de suas prestadoras de serviço, conforme legislação vigente, desde que estas empresas sejam aptas para a execução dos serviços para que foram contratadas.

A secretaria ainda aponta que irá solicitar para a OS responsável pela gestão das unidades informações sobre os processos de seleção de empresas prestadoras de serviços.

"A SES-**GO** reforça que todos os Contratos de Gestão firmados entre a pasta e as OSs são fiscalizados por órgãos de controle internos e externos, como Ministério Público do Estado de Goiás, **Controladoria Geral do Estado** e Procuradoria Geral do Estado, além do **Tribunal de Contas do Estado**, mantendo a observância das normas e legislações vigentes para a celebração de tais contratos", conclui a nota.

A reportagem também procurou o IBGC em busca de um posicionamento e aguarda retorno.

O IBGC informou por meio de nota que foram celebrados contratos emergenciais entre as unidades de saúde geridas pelo instituto e empresas prestadoras de serviço para início das operações, tudo dentro das regras de gestão auditadas pelos órgãos de controle e fiscalização e em absoluto respeito às normas de contratos da administração púbica. Além disso, todos os valores estão dentro dos padrões de mercado, observadas as diretrizes de capacitação técnica e respeito ao princípio da economicidade.

Também, ao fim dos contratos emergenciais foram feitos processos seletivos para contratação regular e diversas empresas substituídas, inclusive a citada

Amme Saúde. Esses processos estão em fase de conclusão para migração dos serviços para outras empresas. "O IBGC reitera que não houve qualquer ilegalidade nas contratações e mantém seu compromisso de absoluto compromisso com a transparência e respeito à gestão da coisa pública", pontua a nota.

Site: https://jornalgoias.com.br/empresa-ligada-a-irmao-de-ismael-alexandrino-tem-contrato-milionario-com-os/